



Governo do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROCESSO Nº: E-03/10.203.616/2008
INTERESSADO: EPEC-AVM

PARECER CEE Nº 030/2010

Aprova a transferência de Manutenção da Empresa de Pesquisa, Ensino e Cultura - A Vez do Mestre para o **Centro Carioca de Ensino Superior Ltda.**, ocorrida em 2006, apenas para fins de regularização da vida escolar dos alunos, e dá outras providências.

HISTÓRICO

A Empresa de Pesquisa, Ensino e Cultura - A vez do Mestre (EPEC-AVM) protocolou neste Colegiado, em 06/06/2006, pedido de transferência de manutenção para o Centro Carioca de Ensino Superior Ltda (CEC), gerando o nº E-03/100.202/06. O referido pedido tramitou, inicialmente, sob a relatoria do Conselheiro João Matos e, posteriormente, do padre Jesus Hortal, que, em despacho favorável, concluiu pela pertinência legal da transferência e, ao mesmo tempo, converteu o processo em diligência para verificar a capacidade da nova Mantenedora de abrigar as atividades transferidas, no que foi confirmado.

De outra forma, nas etapas preparatórias ao processo, referenciando os termos do voto do **Parecer CEE nº 593/02**, de autoria do presidente da CEB e Relator, Conselheiro José Antonio Teixeira, aprovado em 16/04/2002, as Partes envolvidas firmaram, em 23/06/2006, **Escritura de Transferência de Responsabilidade, com efeitos unicamente no âmbito da legislação civil**, registrada em cartório, mediante a qual se convencionava, a partir de sua assinatura, entre outros, que *"a nova Entidade Mantenedora pode assumir responsabilidade total sobre a escola.. e que a nova Entidade Mantenedora, em qualquer caso, fará constar que assume pela responsabilidade trabalhista, fiscal e tributária."* (grifos atuais)

Ao mesmo tempo, as partes davam ciência ao CEE de que o CEC seria "responsável por substituir toda a documentação que for exigida pelo **Conselho Estadual de Educação**, atendendo prontamente aos despachos dos conselheiros", constante da Cláusula IV, item 7. Com efeito, portanto, o CEC por força da referida Escritura, acima mencionada, assumiu as operações do Colégio de suplência, passando a praticar atos educacionais próprios, agindo como responsável efetivo pelo Colégio desde 2006 e, nessa qualidade, atuando como Mantenedor perante o CEE e a Secretaria Estadual de Educação.

Registre-se, ainda, que o pleno atendimento à orientação contida na alínea "a" do voto do Parecer CEE nº 593/02, deste Colegiado, não se consumou ao determinar que **"torna-se ato perfeito, após submetido, aceito e homologado pela autoridade competente, porque não houve deliberação deste Colegiado sobre o referido processo de transferência de manutenção"**.(grifos originais). Entretanto, a ausência dessa decisão não impediu que os efeitos da referida Escritura fossem incorporados pelo CEC, tomando sua atuação pública e notória junto à comunidade acadêmica e aos órgãos públicos, incluindo a Secretaria Estadual de Educação/RJ e este CEE/RJ, por meio de atos e ações educacionais devidamente reconhecidos e legitimados por publicações no DOERJ e pela consequente expedição de diplomas de alunos concluintes.

Paralelamente aos fatos expostos, a Requerente, EPEC-AVM, comunicou ao presidente da Comissão Especial de Educação a Distância do CEE/RJ, prof. Arlindenor Pedro de Souza, o encerramento das atividades em **31/12/2008**, que resultou no **Processo E-03/100.185/09**, ocasião em que também anexou "COMUNICADO" divulgado em jornal de grande circulação, dando conta ao público, do encerramento de suas atividades. Referido processo foi analisado pelo **Parecer CEE nº 102/2009**, relatado pelo Conselheiro Marcelo Gomes da Rosa e aprovado por unanimidade pelo Plenário, em 25 de agosto de 2009, com despacho publicado no DOERJ, de 16/09/09. Referido Parecer determina, dentre outros, o encerramento das atividades da EPEC-AVM- Colégio de suplência a Distância, mantido pela Empresa de Pesquisa, Ensino e Cultura, bem como a suspensão imediata de todos os seus pólos, com validade a partir da data de publicação do ato no DOERJ.

Considerações Finais

Considerando que a determinação contida nos termos da alínea "a" do Parecer CEE nº 593/02, neste referenciado, da mesma forma não se consumou ao determinar que **"torna-se ato jurídico perfeito, após submetido, aceito e homologado pela autoridade"**;

Considerando que o Parecer CEE nº 102/09 trata de matéria distinta, ao objeto do pleito inicial, ou seja, deixou de analisar o requerimento das partes sobre a transferência de manutenção da EPEC-AVM para o CEC;

Considerando que inexistente nos autos, documento que comprove a manifesta intenção das partes (EPEC) em desistir da transferência pleiteada, e, portanto, sobre o pedido ainda pendente deve incidir o imperativo legal no sentido de que "**a administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência**", conforme art. 48 da Lei nº 9.784/99, de aplicação subsidiária pela Unidades da Federação;

Considerando, ainda, que a inexistência de decisão confronta-se com o Regimento Interno do CEE/RJ, alterado nos termos da Lei nº 3.155, de 29/12/1998, em especial seu art. 17 e, por analogia, o art. 19, que respectivamente tratam das Competências das Comissões e dos prazos para decisões.

VOTO DO RELATOR

Votamos, favoravelmente, pela finalização do Processo E-03/100.202/06, aprovando a Transferência de Manutenção ocorrida em 2006, pela **EPEC-AVM** para o CEC, uma vez que restou demonstrado que, desde a data do pedido e formalização da escritura de transferência, o CEC vem sendo o responsável exclusivo pelas ações acadêmicas junto aos alunos, e pela ação educacional e administrativa junto ao CEE e à Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, o que comprovou sua capacidade em abrigar o Colégio de Suplência, na forma disciplinada pelo Parecer CEE nº 593/02, apenas para fins de regularização da vida escolar dos alunos matriculados até 31/12/2008, entendendo-se que a entidade mantenedora sucessora da EPEC-AVM, para dar continuidade as suas atividades educacionais tem que solicitar credenciamento e autorização a este Conselho.

CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão Especial de Educação a Distância acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2010.

João Pessoa de Albuquerque - Presidente e Relator

Antonio José Zaib

José Carlos da Silva Portugal

José Remizio Moreira Garrido

Leise Pinheiro Reis

Marcelo Gomes da Rosa

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

SALA DAS SESSÕES, no Rio de Janeiro, em 09 de março de 2010

Paulo Alcântara Gomes
Presidente